

# Distritais regularizam mais um condomínio

**DECISÃO BENEFICIA  
200 FAMÍLIAS QUE  
MORAM DESDE 1989  
NO CONDOMÍNIO ASA  
BRANCA, NO GAMA.  
VOTAÇÃO SEGUE HOJE**

FRANCISCO STUCKERT



**ODILON: "Governo quer apressar o processo de legalização dos condomínios, não atrasar"**

ano", afirmou.

Se depender da oposição, pelo menos 69 continuarão na gaveta. A deputada Lúcia Carvalho (PT) garantiu que vai fazer tudo que puder para derrubar a votação daqueles que, segundo ela, não estão aptos.

A deputada argumenta que faltam esclarecimentos na lei, como tamanho dos lotes e dos condomínios. "Sem o projeto detalhado em mapas, estamos assinando um cheque em branco", diz.

Para o secretário de Assuntos Fundiários, Odilon Aires, tudo é exagero. Ele explicou que não há necessida-

de de mapas para Plano Diretor Local (PDL), que, segundo ele, é o caso dos condomínios. São projetos antigos do governo que foram para a pauta de votação. Alguns lotes, inclusive, não estavam incluídos no Plano Diretor.

O secretário de Assuntos Fundiários disse ainda que os moradores dos condomínios regularizados vão ter direito à infra-estrutura e instalação de serviços públicos. "O governo quer agilizar as regularizações e não atrasar mais", afirma Odilon Aires. "Se a oposição não quiser votar não precisa, o

governo aprova sozinho", garantiu.

A pauta de votações de ontem, na Câmara Legislativa, previa a regularização de outros seis condomínios, mas foi adiada para hoje, por falta de tempo. Dois no Gama – Condomínio Loteamento Juscelino Kubitscheck e Privê Quintas Alvorada – e quatro em Santa Maria – Residencial Santa Maria, Parque Céu Azul, Mansões Meirelles, Setor Habitacional Tororó.

Sobradinho, a região mais beneficiada com 52 regularizações, será a última a ter os condomínios regularizados.

**M**ais de 200 famílias serão beneficiadas com a regularização do condomínio Granjas Reunidas Asa Branca, no Gama, ocupado desde 1989. Este foi o terceiro do pacote de 120 condomínios que o Governo do Distrito Federal enviou à Câmara Legislativa para a serem legalizados.

Segundo o projeto de lei, aprovado por 18 votos – foram seis ausências –, os lotes de 3 mil metros quadrados vão ocupar uma área de 62,87 hectares, equivalente a 628.700 metros quadrados.

Nenhum lote poderá ser desmembrado ou fracionado, mesmo aqueles que ainda não foram ocupados. A emenda que determinava o resarcimento aos moradores das despesas de água e luz pelos anos vividos na irregularidade, não foi aceita pelos deputados.

O deputado Sílvio Linhares (PMDB) disse que o condomínio Asa Branca está apto para regularização e abriu passagem para que outros sejam regularizados com mais facilidade. "Vamos aprovar os 120 até o final do